

DOR E SOFRIMENTO OCULTO: A DESPROTEÇÃO SOCIAL DOS TRABALHADORES DO FUMO



Vanderléia de Lurdes Dal Castel Schindwein

Universidade Federal da Grande Dourados – UFGD - Brasil



Resumo

O presente artigo é uma pesquisa de cunho qualitativo sobre as condições de trabalho e as repercussões sobre a saúde do trabalhador. Nessa perspectiva, buscou-se dar visibilidade aos vários ângulos que perpetuam o ocultamento dos processos de adoecimento e acidentes da atividade fumageira, na região nordeste do estado do Rio Grande do Sul. Participaram da pesquisa vinte e três trabalhadores que sofreram acidentes de trabalho graves e faziam parte do banco de dados do Relatório Individual de Notificação de Agravos (RINA) que faz parte do Sistema de Informação em Saúde e Trabalho (SIST-RS), da 6ª Coordenadoria Regional de Passo Fundo/RS. Os depoimentos revelam realidades, muitas vezes, ocultadas pelo silêncio da dor, pela distância dos recursos médicos especializados, pelos obstáculos institucionais que dificultam o encaminhamento e reconhecimento do auxílio doença e acidente junto ao Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS), até os entraves de reconhecimento do nexo causal do trabalho com o acidente. São obstáculos visíveis e invisíveis que contribuem para a desproteção social do trabalhador rural no seu dia a dia de trabalho, no qual a violência que os atinge é sutil, é escamoteada no cansaço, na dor e no sofrimento oculto.

Palavras-Chave: Trabalhador rural; adoecimento e acidente de trabalho.

Introdução

No Brasil, estudos realizados recentemente vêm trazendo discussões acerca da relação entre o trabalho e o adoecimento dos trabalhadores rurais. Contribuem para essa visibilidade o número elevado de casos de depressão e suicídio entre a população rural associado aos efeitos dos agrotóxicos usados no meio rural (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2001; SOARES; ALMEIDA; MORO, 2003; SILVA et al., 2005) e o elevado sub-registro dos acidentes do trabalho, bem como as dificuldades dos trabalhadores que vivem em áreas rurais de acessar as formas de proteção social e de assistência à saúde (DAL CASTEL; IBAÑEZ, 2005; SOARES; ALMEIDA; MORO, 2003, FEHLBERG; SANTOS; TOMASI, 2001, FARIA et al., 2000).

Os acidentes e as doenças do trabalho em áreas rurais representam uma face ainda pouco visível na sociedade, já que poucos trabalhadores têm carteira assinada e raramente registram a ocorrência de acidentes. Nesse aspecto, as informações disponíveis e os estudos já realizados apontam para a importância de compreender e aprofundar os acidentes e as doenças associadas às mudanças no processo de trabalho rural nos últimos anos. Essas transformações em curso, se, por um lado, trouxeram muitas inovações tecnológicas, por outro lado agravaram ainda mais as condições de vida, saúde e trabalho dos trabalhadores que vivem nas áreas rurais (OIT, 2001; GRISOLI, 2005).

Nesse sentido, o debate a ser realizado neste espaço possibilita a reflexão crítica e reflexiva entre os profissionais da saúde e acadêmicos que se interessam nesta temática, no melhor conhecimento das dimensões nem sempre visíveis, de histórias de acidentes e adoecimento de famílias que têm, como atividade principal, o cultivo do fumo. A partir dessa problemática, o estudo teve como objetivo dar visibilidade aos processos de adoecimento e acidentes de trabalho, dos trabalhadores, da região nordeste do estado do Rio Grande do Sul. Para isso, tomou a fala dos trabalhadores como referência para pensar os mecanismos que perpetuam a submissão, a exclusão social que envolve a vida do trabalhador rural e sua família. Espera-se que as realidades partilhadas neste momento impulsionem o debate coletivo voltado a compreender e a identificar estratégias de enfrentamento da desigualdade e da exclusão social, na defesa dos direitos à vida e à saúde no trabalho.

A invisibilidade dos acidentes no trabalho rural

Segundo Takala (1999), os números dos registros de acidentes do trabalho, no Brasil, podem ser cinco vezes maiores do que o declarado oficialmente, mesmo tendo ocorrido uma melhora significativa dos registros, pois a subnotificação ainda prejudica uma definição aproximada da realidade. Vários pesquisadores denunciam a subnotificação dos acidentes de trabalho no Brasil como: Wunsch Filho (1999); Ferreira e Valenzuela (1998); Mendes e Oliveira (1995); Antoniazzi (1992) e outros.

No Rio Grande do Sul, houve uma significativa melhora na qualidade e no preenchimento das informações sobre acidentes. Além da Comunicação de Acidente de Trabalho (CAT), documento oficial da Previdência Social, conta-se com dados do Sistema de Informação do Sistema Único de Saúde (SUS), através do Sistema de Informação sobre Mortalidade (SIM). O documento é baseado em declarações de óbitos. E, a partir de 2001, as

informações do Sistema de Informação em Saúde do Trabalhador (SIST/RS), da Secretaria Estadual de Saúde, através da Vigilância Sanitária do Rio Grande do Sul, vêm registrando os agravos à saúde dos trabalhadores urbanos e rurais. Esses documentos vêm legitimar-se como importantes instrumentos que auxiliam profissionais e trabalhadores a darem melhor visibilidade aos agravos à saúde dos trabalhadores, além de constituírem importante instrumento para o desenvolvimento de ações em Saúde e Trabalho no Estado.

Nos anos de 1999 a 2001, o Sistema de Informação sobre Mortalidade (SIM), do Estado do Rio Grande do Sul, analisou os óbitos por acidentes de trabalho e constatou que os trabalhadores rurais aparecem como o segundo maior grupo com óbitos provocados pelo trabalho, com 14,75% do total de óbitos no Estado. Isso indica a necessidade de ações que protejam a vida dos trabalhadores rurais e outras categorias que têm sua trajetória de vida interrompida pelo evento do acidente (KALIL; NUSSBAUMER; DAPPER, 2005).

As informações do banco de dados do Sistema de Informação em Saúde do Trabalhador/SIST/RS ainda estão em análise, mas já permitem mostrar que é uma importante fonte de informação dos agravos e das violências ocorridos e registrados no Rio Grande do Sul. O delineamento do perfil dos acidentes de trabalho típicos, atendidos nos hospitais-sentinela de 2001, até fevereiro de 2005, revela que a predominância dos trabalhadores agrícolas, agropecuários, operadores de máquinas e implementos de agricultura, pecuária e exploração é a segunda categoria com maior número de vítimas de mutilações quando se refere à amputação de punho e mão, tanto pela gravidade como pela incapacidade laboral parcial ou total, o que aponta para a necessidade de avaliar e qualificar as informações notificadas para que estas possam gerar ações nos ambientes de trabalho (MIRANDA; GLEICH, 2005).

Os estudos que aprofundam os temas saúde e trabalho concordam que o trabalho rural, aquele realizado em regime familiar, tem características singulares, em comparação com outras atividades. E, como o processo de produção envolve toda a família, qualquer evento que acometa um membro dessa organização repercute sobre os demais, já que cada um tem um papel definido na estrutura organizacional no modo de produção na propriedade. Dessa forma, qualquer rompimento nesse âmbito pode ameaçar a subsistência da família, já que a sobrevivência depende quase que inteiramente da força física para a labuta, e qualquer rompimento nesta organização constitui ameaça de extrema gravidade, já que pode

sobrecarregar outros membros da família, aumentando, assim, a exposição aos riscos de acidente e da doença do trabalho.

Por isso, considera-se que passos importantes têm sido dados na construção de instrumentos capazes de amenizar os efeitos destrutivos dos acidentes e das doenças do trabalho, de trabalhadores urbanos e rurais. Um exemplo concreto é o Manual de Procedimentos para os Serviços de Saúde das Doenças Relacionadas ao Trabalho, organizado pelo Ministério da Saúde, e pela Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS), que vêm legitimar anseios de pesquisadores e trabalhadores para as questões relacionadas ao nexo causal entre a saúde e o agravo na relação com o trabalho.

A discussão, acerca do nexo causal entre trabalho e os agravos à saúde, volta à cena com o Decreto nº. 6.577, de 25 de setembro de 2008, alterando o Regulamento da Previdência Social, de maio de 1999. Tal medida inverte o ônus da prova em alguns casos ao determinar o registro automático como doença relacionada ao trabalho de determinadas patologias em função de altas incidências em determinados ambientes de trabalho. Nesse sentido, o novo decreto representa um avanço importante para a área da Saúde do Trabalhador, redirecionando a possibilidade de reconhecimento da relação entre a doença e a história de vida laboral do trabalhador.

Metodologia

Sujeitos da pesquisa

Os sujeitos da pesquisa faziam parte do banco de dados do Relatório Individual de Notificação e Agravos (RINA) e do Relatório Individual de Notificação de Agravos e Violências (RINAV), do programa de saúde do trabalhador, que vem registrando, especificamente no Rio Grande do Sul, os agravos à saúde dos trabalhadores urbanos e rurais. Os dados obtidos correspondem aos acidentes ocorridos com trabalhadores (urbano e rural) de 47 cidades que fazem parte da 6ª Coordenadoria Regional de Passo Fundo/RS, no período de abr./2000 a mar./2003.

A seleção dos trabalhadores no banco de dados deu-se da seguinte forma: em primeiro lugar, estabeleceram-se alguns critérios para a busca, no banco de dados, dos sujeitos do estudo. O primeiro critério era desenvolver atividades ligadas ao meio rural. Em seguida, foram selecionados os sujeitos pelo diagnóstico do acidente, pela descrição do acidente e pelo agente causador do acidente.

Optou-se por entrevistar os trabalhadores rurais que se envolveram em acidentes graves, chegando-se assim, a vinte e três sujeitos. Dos vinte e três sujeitos selecionados para o estudo inicialmente, foram realizadas dez entrevistas, sendo que um dos entrevistados não constava na lista inicial; dois haviam mudado para outra cidade, e, em outros casos, as informações declaradas na RINA não coincidiam com as informações declaradas pela enfermeira do Posto de Saúde das cidades escolhidas.

Dos entrevistados, seis eram do sexo feminino e dois eram do sexo masculino, com idades variando de 30 a 60 anos. De modo geral, os entrevistados têm como ramo de atividade a produção mista, centrados na produção de fumo e possuem entre 10 e 50 hectares, sendo caracterizados como agricultores familiares.

Coletas de dados

Trata-se de um estudo qualitativo que utilizou como instrumento de coleta de dados entrevistas semiestruturadas, realizadas com trabalhadores rurais que sofreram agravos a saúde e tinham como atividade na sua propriedade o cultivo do fumo. Nas questões éticas do estudo, foi apresentado a todos os sujeitos um termo de consentimento livre e esclarecido e só realizou-se a entrevista com o consentimento de todos.

Para se chegar até o sujeito do estudo, foi percorrido um longo caminho com alguns obstáculos. Primeiro conseguiram-se nome e endereço dos trabalhadores que deveriam ser entrevistados. Após isso, foi feita a procura dos endereços que constavam nos relatórios de notificações dos acidentes. Depois, iniciou o processo de identificação das cidades e o planejamento de como chegar às cidades onde residiam os trabalhadores.

A primeira estratégia adotada quando se chegava à cidade de destino, era procurar o Posto de Saúde e informar-se com a enfermeira que havia atendido o trabalhador, ou mesmo preenchido a RINA no momento do atendimento da ocorrência. Mas essa abordagem não teve sucesso, pois algumas enfermeiras haviam saído das Unidades de Saúde, e as novas enfermeiras não conheciam bem o meio rural para dar orientação de como chegar lá. Então, foi abandonada essa alternativa. Optou-se, assim, por chegar até a Secretaria da Agricultura de cada Prefeitura e falar com o Secretário da Agricultura ou com o Técnico Agrícola que conhecia todo o interior para pedir orientações. Foi neste momento que as entrevistas fluíram. Porém, para isso, teve-se de expor quem se era e o nome da pessoa que se estava procurando.

Houve então preocupação com os aspectos éticos da pesquisa quanto aos nomes que se teria que expor. Por isso, salientou-se o total sigilo dos nomes das pessoas que davam informações.

Dessa forma, a pesquisadora foi orientada, através de desenhos no papel, sobre como chegar até a localidade em que morava o trabalhador. Mesmo seguindo o caminho indicado, às vezes as estradas não eram como no mapa. Nesses casos, a alternativa era parar de casa em casa no caminho até chegar à comunidade. Parou-se mais ou menos de quatro a oito vezes até chegar na casa do trabalhador e percorreu-se em torno de 30 a 40 km, da cidade em que residia até a sua residência. No decorrer da pesquisa, algumas entrevistas não puderam ser realizadas por diversas dificuldades no caminho até o trabalhador rural: endereço e nome incompletos, mudança de endereço, distância, caminhos inacessíveis e perigosos.

Análise dos dados

Os dados foram analisados com base nos depoimentos dos sujeitos da pesquisa, agrupados em unidades de sentido BARDIN (1977), ou seja, por temas que facilitem a descoberta do que está por trás dos conteúdos manifestos ou nas entrelinhas do que está sendo dito MINAYO (2002). Essas categorias, ao serem aprofundadas, dão sentido às dimensões que compõem este estudo que é dar visibilidade aos mecanismos que perpetuam a desproteção social do trabalhador rural nos processos de adoecimento e acidentes no trabalho.

Resultados e discussão

“Estamos no vermelho”: a reificação da vida dos trabalhadores do fumo

O processo de trabalho na produção de fumo tem uma rotina, um ritmo e algumas condições para ser realizado, envolvendo as etapas do seu plantio até a poda, visto que há uma empresa (indústria de fumo) para a qual os trabalhadores entregam sua produção. A atividade com o fumo tem especificidades que são descritas por Ana e João¹:

O tipo de trabalho do fumo é limpar, passar ureia, cortar, de tudo, A gente faz as piscinas em casa, bota meia, na bandeja, aí bota água embaixo, bota um plástico, bota tudo em cima das bandejas, daí ele nasce e daí, a gente mesmo que faz as mudas, e com tratamento, daí a gente programa, aí então é lavrada a terra, preparada a terra, daí enverga, bota o adubo, pois a gente planta em cima do mochão. À mão, tudo à mão, nós os homens lavramos a terra, ela coloca o adubo na terra. Quando o fumo estiver grande é preciso tirar a baixeira, é tirar as folhas de baixo, porque senão aquilo se perde no fumo, e daí deixa. É daí, tira um pouco e daí deixa lá o pé até quando fica amarelo e essa pendura e costura com agulha. Este processo leva nove meses. Depois disso, ta bom de cortar o pé, daí corta e pendura. E depois que tira as folhas tem que ficar uns 40 dias pendurado, daí dá para tirar e daí fazer os

macinhos, daí pega não sei quantas vezes na mão. E depois de pronto daí a gente arranca as folhas de fumo e vai espetando o fumo assim que nem espeta uma carne, e daí vai colocando os pés ali para secar colocam no galpão e daí seca no galpão. O trabalho pesado aqui é direto, só paramos de noite. E aí tem que ligar para empresa, eles vêm marcar, tantos fardos e daí o caminhão vem pegar.

A rotina de trabalho no fumo é considerada pelos trabalhadores como “trabalho pesado” (Ana, João e Lívia), no sentido de que exprime um caráter escravizante de uma atividade pouco lucrativa e com pouco reconhecimento por parte da empresa (fumageira) para a qual eles trabalham. Percebe-se o duplo sentimento que o trabalho representa em suas vidas. De um lado, é fonte de magia, prazer e reconhecimento; de outro, é causa de fadiga e sofrimento.

E, além disso, os trabalhadores do fumo vivem uma contradição na relação com a sua terra e a produção que dela provém. O capital torna-os duplamente dependentes: de um lado, livres para vender sua força de trabalho; e, de outro, subordinados ao comércio de produtos necessários à sua sobrevivência. Duplamente, no sentido de serem livres e, ao mesmo tempo, expropriados. Eles têm consciência dessa alienação em que a empresa os envolve e sabem que são somente força de trabalho. Convivem com a precarização e com uma intensificação do trabalho, com as novas formas como as grandes empresas se relacionam com os agricultores na exploração e na extração máxima da mais-valia. Sobre essa relação enunciam: “Na verdade nós somos empregados da firma sem direito a nada, somos assalariados, sem encargo social, sem direito a nada, eles pagam o que querem (João)”.

Os depoimentos expressam a forma como os trabalhadores são tratados pela empresa. Como objetos, são colocados na condição de desiguais. O processo de expropriação em que eles se inserem, os impedem de se apropriar de sua produção; os preços, pagos a eles quando termina o ciclo do fumo, são realizados de acordo com o que a empresa determinar. Eles explicam em detalhes:

O fumo tem uma classificação e dependendo da classificação é o preço. Tem as 30 classificações. O B1 é o melhor fumo que tem hoje. Se é mais escuro, se é mais claro, mas dificilmente a gente pega o melhor preço. É, a gente sempre pega a mais inferior porque daí é menos preço, só que o fumo, a gente sempre produz fumo de ótima qualidade, mas nunca passa pela melhor, algum fardo que outro. Porque justamente a classificação quem dá é eles. Sim, é eles e a gente não entende, e normalmente é deslocado daqui lá para Venâncio Aires ou Santa Cruz do Sul. Então, poderia se classificar no galpão já para a gente acompanhar, mas daí é lá, e já o acesso é difícil, a maioria dos produtores nem vão. Eles que levam, eles que fazem classificação, e a gente recebe as notas. Isso eles recebem as notas e depositam na conta em 4 dias já daí eles mandam. Vem as notas e em 4 dias já vem o dinheiro no banco (João e Ana).

Mas, por que os trabalhadores se submetem aos mecanismos da empresa, que não paga um valor justo a seus produtos? Trata-se de compreender que o próprio processo de reprodução da família que vive da atividade rural é fator determinante desta submissão ao capital. Na medida em que o trabalhador se torna conivente com a exploração que sofre, legitima o processo de valorização do capital. Nesta relação de desiguais, o trabalhador ainda mantém a esperança de um dia ser mais reconhecido pelo seu produto, no caso o fumo, e ter seus ganhos. Esta contradição se encerra na sua expropriação e exploração, pois a parcela principal dos ganhos fica sempre com os capitalistas. Em suma, a terra, os instrumentos, os produtos e a força de trabalho já pertencem ao capital. Então, o ganhar um pouco mais é uma forma de relativizar as tensões de classe. No entanto, no jogo da dominação e da submissão, esse pouco a mais representa a continuidade do ciclo da alienação: instrumento alienado=trabalho alienado=produção alienada=consumo alienado (MARTINS, 1982, 2000, 2003).

A imagem simbólica do trabalho rural é de liberdade, e o trabalhador é aquele que tem liberdade de escolha porque não tem patrão nem horário, embora exerça um ofício que exige dedicação, trabalho árduo, conhecimento, amor à terra. Enfim, essa é apenas uma das várias facetas do trabalho rural na realidade, que também aponta para a dominação exercida por outras classes sobre a atividade da família na terra. Joana desabafa: “As pessoas acham que o trabalho rural é melhor por não ter patrão, mas, apesar de nós não termos patrão, temos compromissos e responsabilidades; parece melhor, mas é difícil (...)”. Ao contrário os trabalhadores têm uma extensa jornada de trabalho. A média da jornada de um dia de trabalho de todos os entrevistados ficou em torno de dezessete horas diárias, nos dias de plantio, colheita e outras atividades.

A sobrecarga de trabalho, associada às poucas condições materiais da existência, limita a vida do trabalhador rural a movimentos de revolta às situações insuportáveis dentro das fronteiras que aprenderam a tolerar, onde a violência que os atinge é sutil, é escamoteada no cansaço, na dor que os atinge. Essas percepções da vida são representadas pela consciência de que sabem que estão “no limite máximo, estamos no vermelho” como enuncia João: “*Jogados à própria sorte*”.

Histórias de vida, adoecimento e acidentes no trabalho

Na fala dos trabalhadores não há nenhum momento em que a importância do trabalho na vida do trabalhador não se faça sentir. É no prazer ou no sofrimento, na liberdade ou no sentimento de ainda viver na escravidão (o trabalhador é livre, mas tem de vender sua força de trabalho), que o trabalhador do meio rural vai tecendo sua vida, ressignificando algumas situações-limite de desvalorização de seu trabalho e, mais ainda, do trabalho alienado que atinge a identidade dos personagens que o realizam.

Não é por acaso que as situações relacionadas com as dificuldades enfrentadas na esfera do trabalho estão atravessadas com as questões da saúde dos trabalhadores, visto que ambas estão inter-relacionadas e representam importantes dimensões da vida. Para sua sobrevivência, esses trabalhadores dependem quase que inteiramente das boas condições físicas e mentais, de corpo e mente saudável para o desenvolvimento das intensas atividades que caracterizam a vida no meio rural.

Eles mesmos se recordam de eventos em sua vida, que provocaram mudanças no seu jeito de ser e de se relacionar com o trabalho, entre estes, muitas histórias atravessadas por acidentes que mudaram radicalmente sua vida. O trabalho, que é substancial nas metamorfoses da vida, torna-se vazio, e as dores físicas e mentais passam silenciosamente ocultas na sociedade, que se volta apenas para corpos saudáveis, ou seja, o trabalho no sistema de produção capitalista oculta as características individuais do ser humano, tornando-o sujeito sem predicado. Isaura desabafa:

Perdi três dedos da mão direita em um acidente de trabalho e fiquei com a mão atrofiada, agora assim a gente tem que sofrer o resto da vida, porque não é para um dia, é pra sempre. Às vezes a gente enxerga o serviço e não consegue fazer, vê muitas roupas para arrumar e tu não consegues, eu remendava e fazia as minhas coisas, as costuras, tudo, mas fazer o quê (Isaura).

O corpo, agora marcado pelas injunções do trabalho, espera por um reconhecimento, pela via da Previdência Social, por um salário que compense a total ou limitada capacidade laborativa para o trabalho. O trabalhador agora espera por um reconhecimento - auxílio-acidente, ou seja, um novo predicado para sua vida. Um outro lugar que o diferencie do personagem anterior, da mesmice do seu trabalho que o impedia de se transformar, sendo ele forçado a se reproduzir como réplicas de si, involuntariamente, a fim de preservar interesses estabelecidos, situações de interesse e conveniências do capital. Os trabalhadores que sofrem

acidente ou doença, relacionadas ao trabalho, não existem como seres humanos, na estrutura social do capitalismo. Então, eles devem refletir-se nos seus predicados (CIAMPA, 1987).

João, a seguir, ajuda a esposa Ana a relatar os acidentes que sofreu na época da poda do fumo e denuncia a desproteção social a que os trabalhadores vêm sendo submetidos desde que começaram a plantar o produto. Na entrevista, percebe-se que Ana está mais fragilizada: corpo franzino, olhar triste, as palavras escapam à sua memória. João, com mais consciência de si, por estar sempre acompanhando as reivindicações do Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA) do qual é membro militante, é quem retoma, conta, relembra e fala das suas histórias de acidentes que ficaram no esquecimento e permanecem na invisibilidade social, somente na vaga lembrança de seus personagens, que sentem até hoje no corpo as mazelas de uma injusta história, que já não permite mais a seus personagens se metamorfosearem no trabalho. Eles fazem a narrativa de suas histórias atravessadas por eventos de acidentes:

Por duas vezes, sofri dois acidentes, uma vez com uma vara de fumo que escapou e pegou assim na costela, a vara é de madeira. A primeira vez foi na costela, depois a última vez foi no pé, até hoje sinto. De vez em quando me dói, não sei se ficou uma hérnia, eu acho, quando eu forço bastante (Lívia).

É, acidentes a gente sofreu só que não ficou registrado, quantas vezes a gente se machucou, Eu tenho a coluna torta e desgaste de osso. Eu tenho bico de papagaio embaixo e coluna torta, fiz vários, vários RX. É, acidentes a gente sofreu só que não ficaram registrados quantas vezes a gente se machucou, mas aí naquele tempo não se procurava o INSS e a gente se curava em casa (João).

Relatam, ainda, histórias de acidentes de trabalho relacionados com intoxicações por agrotóxicos:

Eles dizem (se referem à Firma) que não é veneno perigoso, que é veneno a maioria faixa verde, que não é tão perigoso, só que a gente tem informação que é um veneno terrível, tudo que é veneno é veneno, e aí os primeiros anos a gente queimava os canteiros com brumeto. O brumeto é um veneno terrível que hoje está proibido, não tinha orientação nenhuma, não tinha luva, não tinha nada, não tinha equipamento aí de proteção, então era à própria sorte, nós éramos jogados à própria sorte. Nós fizemos um exame de grau de veneno que o corpo tolera e nós estamos acelerados, estamos no limite máximo, estamos no vermelho (João).

O defensivo agrícola chamado Brometo de Metila usado para esterilização do solo (combate insetos e bactérias), mais especificamente, no preparo da sementeira de fumo (local onde se produzem as mudas de fumo que depois serão transplantadas para outras áreas), e o

modo como era manipulado, sem proteção nenhuma, podem ter deixado sequelas e muitos problemas de saúde física e mental, associados à atividade ocupacional.

Após mais de 10 anos trabalhando para a empresa fumageira, eles descrevem, com propriedade e conhecimento, os sintomas que têm relação direta com a atividade que desenvolvem, o que é evidenciado e descrito por eles nos efeitos indesejados dos agrotóxicos, que estão provocando uma série de mal-estares que interferem na vida familiar e social de todos. Sobre isso, o Instituto Nacional do Câncer - INCA observa que a exposição ocupacional à nicotina, pela pele, durante o manuseio das folhas de fumo, pode causar náusea, vômitos, fraqueza, dor de cabeça, tontura e outros sintomas. Eles relatam os sintomas com que aprenderam a conviver no seu dia a dia:

Logo que o fumo é colocado nos galpões, as folhas largam um forte odor, e às vezes a gente passa mal, sentindo tontura e mal-estar no estômago (Isaura). Mas, assim, não tem força, desânimo, só vontade de chorar, não podia ir trabalhar, nem caminhar não, tomava uma suadeira para dar uns passos. Sim, daí não tem mais força para o trabalho, a gente fica esquecida, fica esquecida, longe, que nem ali quando eu tava bem doente eu fazia as coisas e não sabia o que é que ia fazer, voltou, mas não é como antes, não fica bem certo (Ana). Sofro de alergia também, que a alergia é procedida dos venenos. Sim, sai uma coceira, uma hora é num lugar, de repente já troca de lugar, quando pego o sol forte também sinto que prejudica, também tenho bastante. Acho que é do próprio fumo, acredito que seja o efeito do veneno que já está no sangue (João).

Nesse sentido, levando em consideração a história ocupacional de Ana, João, Isaura e Lívia, por mais de dez anos produzindo fumo, o ritmo de trabalho, as condições de trabalho adversas e outras questões já destacadas, é possível concluir que há umnexo causal de seus sintomas com o trabalho por eles desenvolvido. Entre os sintomas descritos por esses produtores de fumo, destacam-se: alergia, cansaço, irritabilidade, tristeza, depressão, desânimo, falta de força para o trabalho, choro, esquecimento, memória lenta. Além das sequelas físicas deixadas pelos acidentes de trabalho, levando em consideração essas descrições é possível dizer, a partir do Manual de Procedimentos para os Serviços de Saúde, organizado pelo Ministério da Saúde, OPAS - Brasil (2001), que têm sido encontrados sintomas semelhantes entre os efeitos da exposição ocupacional às substâncias químicas que compõem o Brometo de Metila que foi banido, não devido à saúde dos trabalhadores rurais, mas porque o Brasil assinou o Protocolo de Montreal para sua eliminação (o Brometo de Metila destrói 60 vezes mais a camada de ozônio que os CFCs). No entanto, a fumicultura usa um grande volume de agrotóxicos, incluindo alguns amplamente reconhecidos pelo efeito

neurotóxico agudo ou tardio, como os organofosforados. Na verdade, todos os inseticidas podem ter efeito neurotóxico, inclusive alguns bem recentes, como o fipronil.

Todavia, os trabalhadores se encontram em plena atividade laboral e não estão afastados do trabalho para realizar os devidos tratamentos. A vida em família recebe os impactos das alterações de humor, de memória, de ritmo, de energia, de outras questões até ligadas à sexualidade que não vêm à tona por razões da própria educação. Na história de Ana e João, marcada por sentimentos de fracasso, humilhação e servidão, de lutas e até de conquistas (em algum momento da entrevista referem-se ao trabalho com o fumo, às conquistas de casa e a tudo o que tem dentro), há um momento de lucidez, e o perdão é signo de uma consciência de que ambos são vítimas da mesma história, atravessada por mecanismos de exploração e dominação, mas afinal, como eles enunciam: “precisamos sobreviver”.

Há, então, uma dinâmica interacional que vincula o espaço laboral e o cotidiano familiar. As vivências do ambiente do trabalho, da mesma forma que os sinais evidentes deixados pelos sintomas físicos e mentais, irão fazer-se sentir na qualidade de seu convívio e nas horas em que permanecem mais tempo juntos. Desse modo, os sentidos mobilizados por atividades que implicam convívio com situações de sofrimento humano intenso acarretam apreensões, tensões, fadigas e decepções que podem ser canalizadas para elementos da família, de modo que o que deve salientar-se é que as condições de trabalho, situações de risco iminentes no trabalho e outros tantos riscos, repercutem sobre a vida familiar.

É depois que a gente começou a trabalhar com o fumo, acho que é dos próprios venenos, a gente vai ficando um pouco esquecido e o estresse é normal hoje quem trabalha com o fumo todo mundo anda estressado. O estresse a gente sente um cansaço, sente uma brabeza, uma revolta, uma tristeza, é um começo de depressão, é um passo para a depressão dá para se dizer. Certos momentos, a gente fala em tom de revolta aí que não deveria, depois quando a gente se acalma a gente se arrepende, e perdoa (Ana).

O acidente (cortando fumo cortou o tendão de três dedos) atingiu bastante minha vida, tem muito serviço que agora não posso fazer como: lavar roupa, carpir não dá, trabalhar com fumo não dá mais. Tem vez que meu marido fica brabo, pois tem de fazer tudo sozinho. É, quanta coisa que eu podia ajudar mais e não dá, porque ficou defeituosa a mão, conforme o serviço não dá para fazer, ficou mais ruim para mim (Lívia).

O evento do acidente traz muitas repercussões na vida individual, familiar e social de cada trabalhador, que já não sabe mais como justificar-se aos outros, já que antes ocupava um papel importante nas tarefas diárias da família. Associado a isso, ainda vem à dificuldade financeira, que diminui a possibilidade de receber assistência à saúde, o que, por sua vez,

pode produzir seqüelas que poderiam ser evitadas. Ilustrativo dessa situação é o caso da trabalhadora Lívia, que não buscou atendimento médico no momento do acidente e depois ficou com sequelas na mão, pois um tratamento cirúrgico correto no momento do acidente, associado à fisioterapia, poderia ter evitado que o seu acidente deixasse tantas conseqüências à sua vida.

Além da incerteza quanto à cura, muitas vezes o trabalhador vê-se em situação de dependência de outros para fazer as atividades diárias, situação que repercute na vida cotidiana do trabalhador e pode afetar a dimensão psicológica², dependendo da história de vida de cada um e do momento em que ocorre este acontecimento. Em suma, estes fatores podem provocar uma mudança significativa na vida familiar de um trabalhador, assim como agravar a situação econômica da família, que passa a conviver com situações difíceis, posto que a sobrevivência da família depende, quase exclusivamente, das condições físicas para o trabalho, e qualquer limitação no corpo constitui ameaça de extrema gravidade.

Considerações finais

Vários são os ângulos que perpetuam a desproteção social dos trabalhadores rurais, nas situações de acidente ou adoecimento no trabalho. Essas dimensões invisíveis dificultam, muitas vezes, o acesso aos direitos básicos dos trabalhadores, como a saúde, a previdência e a assistência social. Apesar de eles terem garantido seus direitos a partir da Constituição de 1988, ainda encontram dificuldades no acesso aos direitos sociais como segurado especial. Situação que os leva a percorrer um caminho institucional de idas e vindas, que contribui para a invisibilidade social dos trabalhadores acidentados.

A violência, que atinge os trabalhadores que têm em sua trajetória o evento do acidente, traz uma marca sutil, pois eles continuam tocando a vida, levando a vida, enfrentando os obstáculos que aprenderam a tolerar. O silêncio da revolta é escamoteado na dor, na condição de objeto em que estes são colocados; nas filas e no encaminhamento de um hospital para outro; na demora do atendimento, por até oito horas; na falta de uma assistência adequada no momento do acidente; na falta de documentação no INSS e outros agravantes nos caminhos institucionais percorridos e já revelados nos dramas descritos nos depoimentos dos trabalhadores, como nas histórias de Lívia, de João e Ana, Isaura e outros. Enfim, nos obstáculos visíveis e invisíveis que envolve a vida do trabalhador rural e sua família e o impedem de exercer seus direitos à vida, à saúde e ao trabalho na terra.

SUFFERING AND HIDDEN PAIN: FIELD WORKERS OF THE TABACCO LACK OF SOCIAL PROTECTION

Abstract

The present paper is a research of qualitative matrix on the conditions of work and the repercussions on the health of the worker. In this perspective, one searched to give visibility to the some angles that perpetuate the occult of the sicken processes and accidents of the smoke production activity, in the northeast region of the state of the Rio Grande Do Sul. Twenty and three workers had participated of the research who had suffered serious work accidents and were part of the data base of the Relatório Individual de Notificação de Agravado (RINA) que faz parte do Sistema de Informação em Saúde e Trabalho (SIST-RS), of the 6^o Regional Coordenadoria de Passo Fundo /RS. The depositions disclose realities, many times, occulted for the silence of pain, for in the distance of the specialized medical resources, for the institucional obstacles that make it difficult the guiding and recognition of the aid illness and accident next to the Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS), until the impediments of recognition of the causal nexus of the work with the accident. Obstacles visible and invisible that contributes day-by-day for the lack social protection of the agricultural worker in its of work, in which the violence that reaches them is subtle, it is conjured in the fatigue, pain and the occult suffering.

Key-words: Agricultural worker, sicken and Work Accidents.

Notas:

¹ Os nomes apresentados nos depoimentos são fictícios e escolhidos ao acaso.

² Compreende-se que a dimensão psicológica diz respeito a disposições individuais, a expectativas, a jeitos de ser e a ritmos individuais, que se expressam na relação com o mundo, e é representada como o lugar do desejo, do prazer/desprazer, da imaginação e dos afetos, dos estados emocionais (tristeza, alegria) (SATO, 2003).

Referências

ANTONIAZZI, R.G. *Levantamento epidemiológico dos Acidentes de Trabalho em hospital Geral de Porto Alegre*. 1992. Monografia de Especialização, Centro de Documentação e Pesquisa em Saúde e Trabalho - CEDOP, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1992.

BARDIN, L. *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 1977.

CIAMPA, A. C. *A estória do Severino e a história da Severina*. São Paulo: Brasiliense. 1987.

DAL CASTEL, V. L.; IBANEZ, R. N. Saúde e trabalho: um estudo sobre os acidentes do trabalho rural na região de Passo Fundo - RS. *Boletim Epidemiológico*. Secretaria da Saúde do Rio Grande do Sul, v.7, n.2, p.5-7, Jun. 2005.

FARIA, N. M. X. et al. Processo de produção rural e saúde na serra gaúcha: um estudo descritivo. *Cadernos de Saúde Pública*. Rio de Janeiro, RJ, n.16(1), p.115-128, jan/mar. 2000.

Barbarói. Santa Cruz do Sul, n. 32, jan./jul. 2010.

- FEHLBERG, M. F.; SANTOS, I dos; TOMASI, E. Prevalência de fatores associados a acidentes de trabalho em zona rural. *Revista de Saúde Pública*. São Paulo, v. 35, n. 3. p.269-275, jun. 2001.
- FERREIRA, M. A. F; VALENZUELA, M. C. I. Estudo epidemiológico dos acidentes do trabalho em Porto Alegre (RS), 1991. *Revista do Centro de Ciências Exatas e Tecnológica da UNISINOS*. São Leopoldo, Editora UNISINOS: n. 15, p.3-43, 1998.
- GRISOLI, C. K. *Agrotóxicos: mutações, câncer & reprodução*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2005.
- KALIL, F. B.; NUSSBAUMER, L.; DAPPER, V. Análise dos óbitos por acidentes de trabalho registrados no sistema de informação sobre mortalidade no Rio grande do Sul, nos anos de 1999 a 2001. *Boletim Epidemiológico*. Secretaria da Saúde do Rio Grande do Sul. v.7, n.1, Ed. Especial, p.3-4, dez. 2005.
- MARTINS, J. S. *Expropriação e violência: a questão política no campo*. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1982.
- MARTINS, J. S. *Exclusão social e a nova desigualdade*. 2. ed. São Paulo: Paulus, 2003.
- MARTINS, J. S. *Sociabilidade do homem simples: cotidiano e história na modernidade anômala*. São Paulo: Hucitec, 2000.
- MENDES, J. M.; OLIVEIRA, P. A. B. Medicina do trabalho: o desafio da integralidade na atenção à saúde. *Medicina Básica do trabalho*. Curitiba, v. IV, p. 33-40, 1995.
- MINAYO, C. M. (org.). *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.
- MINISTÉRIO DA SAÚDE. *Doenças relacionadas ao trabalho: Manual de procedimentos para os serviços de saúde*. Brasília, DF: MS, 2001.
- MIRANDA, A. L. T; GLEICH, C. Traçando o perfil dos acidentes de trabalho típicos notificados em hospitais-sentinelas no Rio Grande do Sul. *Boletim Epidemiológico*. Secretaria da Saúde do Rio Grande do Sul. v.7, n.1, Ed. Especial, p.1-2, 2005.
- OIT; Organización Internacional del Trabajo. Ministerio de Trabajo y Asuntos Sociales. *Enciclopedia de Salud y Seguridad em el Trabajo*. Espanha: Sociedad Española para el estudio de la ansiedad y el Estrés. v.3, n.10(64). 2001. Disponível em: <http://www.mtas.es/publica/enciclo/defaultm>> Acesso em 25 de out. 2009.
- SATO, L. Subjetividade saúde mental e LER. In: RUIZ, R. C. et al., (Orgs.). *Um mundo sem LER é possível*. São Paulo, SP: UITA, 2003, p.63-78.

SILVA, J. M. da; NOVATO-SILVA, E.; FARIA, H. P.; PINHEIRO, T. M. M. Agrotóxico e trabalho: uma combinação perigosa para a saúde do trabalhador rural. *Ciências & Saúde Coletiva*. Rio de Janeiro, v.10, n.4, p.891-903, dez. 2005.

SOARES, W.; ALMEIDA, R. M. V. R.; MORO, S. Trabalho rural e fatores de risco associados ao regime de uso de agrotóxico em Minas Gerais, Brasil. *Cadernos de Saúde Pública*. Rio de Janeiro, v.19 n. 4, p. 1117-1127, jul./ago. 2003.

TAKALA, J. Global Estimates of fatal occupational Accidents. *Epidemiology*. Genebra: v.10, n. 5, p. 640-646, Set. 1999.

WÜNSCH FILHO, V. Reestruturação produtiva e acidentes de trabalho no Brasil: estrutura e tendências. *Cadernos de Saúde Pública*. Rio de Janeiro, v.15. nº1, p.41-52, jan./mar. 1999.

Data de recebimento: 28/11/2009

Data de aceite: 06/04/2010

Sobre a autora: *Vanderléia de Lurdes Dal Castel Schindwein* é Doutora em Serviço Social na Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, atualmente professora do curso de Psicologia da Universidade Federal da Grande Dourados – UFGD.